PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



Nesta edição:

Edição de 4 de julho de 2023

- Projeto que institui as debêntures de infraestrutura é aprovado na Comissão de Infraestrutura
- CDR debate os papéis da Sudam, Sudene e Sudeco

Projeto que institui as debêntures de infraestrutura é aprovado na Comissão de Infraestrutura

A Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado aprovou o Projeto de Lei 2.646, de 2020, que institui as **debêntures de infraestrutura, com o propósito de incentivar a maior participação dos investidores pessoas jurídicas**, principalmente os investidores institucionais, em projetos de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em P&DI.

O projeto compõe a **Agenda Legislativa da Indústria de 2023** e consiste numa proposta objetiva para enfrentar os problemas estruturais de escassez de investimentos. A efetiva participação do setor privado é chave para a superação dos problemas de custo e qualidade dos serviços de infraestrutura, contribuindo para o aumento da competitividade do país e a redução do Custo Brasil.

Como forma de atrair os investimentos, permite às pessoas jurídicas emissoras de debêntures de infraestrutura a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante equivalente a 30% do valor dos juros pagos no exercício.

Os setores prioritários para emissão de debêntures de infraestrutura serão objeto de normatização infralegal.

A Comissão acatou as alterações propostas pelo relator, Senador Confúcio Moura (MDB/RO), dentre as quais destaca-se a supressão de dispositivo que aumentaria a alíquota do IRPJ incidente sobre os rendimentos das debêntures incentivadas auferidos por instituições financeiras, de 15% para 25%. Com isso, mantém-se a alíquota de 15%.

A proposição segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos.

CDR debate os papéis da Sudam, Sudene e Sudeco

A **Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)** do Senado Federal debateu os papéis históricos desempenhados pela Sudam, Sudene e Sudeco sobre a necessidade atual de revisão das missões institucionais dessas autarquias para ajustá-las aos imperativos contemporâneos do processo de desenvolvimento das respectivas regiões.

Senador Beto Faro (PT/PA) destacou a relevância das superintendências para o desenvolvimento econômico do país e de uma distribuição de recursos mais democrática, especialmente para os pequenos empreendedores.

Senador Marcelo Castro (MDB/PI) mencionou que a desigualdade no Brasil está concentrada no Norte e no Nordeste. Ainda, ressaltou a necessidade de um crescimento acelerado nessas regiões para reduzir essa disparidade nacional, aproveitando oportunidades, como a energia limpa e o hidrogênio verde.

Paulo Rocha, da **Sudam**, tratou da valorização da bioeconomia, da promoção da economia solidária e da integração entre o Poder Público, grandes empresas e pequenos empreendedores. Também abordou o potencial da região para contribuir com o desenvolvimento sustentável e regional por meio de ciência e tecnologia.

Danilo Cabral, da **Sudene**, destacou a importância de devolver às instituições de planejamento regional um papel estratégico. Ele ressaltou a necessidade de fortalecer a articulação política entre o governo federal e o planejamento local.

Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (**SDR**), afirmou que o Ministério está empenhado em fortalecer o diálogo federativo e a harmonização de agendas com os entes federados, buscando dotar o planejamento federal com a perspectiva regional, considerando as especificidades de cada região.

Misael Moreno dos Santos, Gerente-Executivo de Planejamento do **Banco da Amazônia**, ressaltou que a missão do Banco é desenvolver uma Amazônia sustentável por meio de crédito e soluções eficazes. Para o Banco, devem ser priorizados os pequenos negócios, a infraestrutura regional, o apoio à inovação, à integração e à tecnologia, o incentivo aos negócios verdes.

José Aldemir Freire, Diretor de Planejamento do **Banco do Nordeste**, enfatizou que o Banco trabalha com programas de microcrédito produtivo, com diversos segmentos sociais e com o financiamento aos microempreendedores e grandes projetos de infraestrutura.



Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA: www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 aac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

